

A PALAVRA E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL: ENTRE A NEUTRALIDADE POLÍTICA COMO PRINCÍPIO E A MILITÂNCIA

EDUARDO CORDEIRO GONÇALVES *

«Catholicos e portuguezes, a nossa politica é só catholica e portugueza: n'estes limites aceitamos todos os governos e todos os homens. Fora d'elles repellimos todo o governo ou grupo partidário».

S. [Samodães] – Republica – I. *A palavra*. Porto. 1: 177 (1 Março 1873) 1.

Surgido em 1 de Agosto de 1872, no seio de um grupo de católicos radicado no Porto e liderado pelo conde de Samodães, o jornal *A Palavra* definiu-se desde o seu início como um título «exclusivamente religioso» e equidistante das questões políticas, para as quais considerava haver já «jornais políticos» onde os «indivíduos que [formavam aquele] grupo católico [poderiam] expender à vontade as suas opiniões particulares»¹. Esta posição de neutralidade política é, pois, característica basilar daquele título católico portuense, isto no plano dos princípios, embora em momentos vários tivesse lugar um certo engajamento por via de pontuais necessidades

* ISMAI; membro do CEHR.

¹ [Não assinado] – Queremos saber em que ficamos. *A Palavra*. Porto. 3: 878 (10 Julho 1875) 1. Sobre o assunto, veja-se: POLICARPO, João F. Almeida – *O pensamento social do grupo católico de «A Palavra» (1872-1913)*. Lisboa: INIC, 1992; GONÇALVES, Eduardo Cordeiro – *Católicos e política (1870-1910). Pensamento e acção do conde de Samodães*. Maia: Publismai, 2004.

«operacionais». Um desses momentos está, assim, intimamente relacionado com as posições assumidas face às notícias da implantação do regime republicano no Brasil.

1. Ora, as primeiras notícias ventiladas entre nós sobre a revolução militar de 15 de Novembro de 1889 apontam-na, desde logo, como o remate de um longo e complexo processo de tensões político-sociais, cujo clímax é atingido no ministério de Ouro Preto ², revolução que depõe o imperador D. Pedro II e instala o regime republicano no Brasil. Assim, devido à natureza das mudanças introduzidas pela República e outrossim à umbilical convergência de interesses que nos uniam até então ao Brasil, a vida pública portuguesa vai ressentir-se profundamente e por longo tempo ³. Aliás, como é sabido, no dealbar da década de 1890, após um período de relativa estabilidade política, de reformas institucionais e de elevado investimento público no seguimento da implementação regeneradora do projecto liberal, Portugal é assoberbado por uma profunda crise a que a revolução republicana brasileira não é alheia em algumas das suas componentes essenciais ⁴. Sem escamotearmos a incidência da revolução brasileira na nossa realidade económica e financeira de então, cujo propósito seria deslocado, acentue-se, porém, a ressonância da mudança de regime político no Brasil nas várias sensibilidades político-partidárias portuguesas, visível no profundo impacto que teve na imprensa e nos nossos meios culturais. Tomando em linha de conta um ambiente simultaneamente de exaltação e execração da República, cabe à imprensa portuense a maior cobertura dada à revolução, reflectindo a opinião pública portuguesa na avisada expressão: «Ai do meu dinheiro. Viva a República. Pobre o imperador». Com leves variantes, eram estas as expressões mais escutadas «por todos os patriotas de Lisboa, nos magotes políticos e brasileiros que [dissertavam] sobre o extraordinário caso à porta da Havaneza, ou sob as

² CARONE, E. – *A República Velha II. – Evolução política (1889-1930)*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 25 e segs.; SANTOS, José Maria dos – *A política geral do Brasil*. São Paulo: USP, 1989.

³ GONÇALVES, Eduardo Cordeiro – *Ressonâncias em Portugal da implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995.

⁴ Para uma visão sintética da influência dos «sobressaltos brasileiros de 1888-1891» no colapso português de 1891, veja-se: MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno — *História económica de Portugal*. Lisboa: Presença, 1994, p. 162 e segs.. Numa análise coeva da conjuntura, veja-se, entre outros: BASTOS, Teixeira – *A crise*. Porto: Lugan Sucessores, 1894.

famosas Arcadas»⁵. Tudo isto porque, com a revolução, os «capitalistas» temiam pelos interesses que tinham fiados na propriedade do império; os republicanos, especialmente os que não tinham negócios com o Brasil, celebravam a vitória das suas ideias; e o sentimento geral exprobrava a revolução pela fereza com que havia afastado D. Pedro II. Por sua vez, a exemplo da reacção de *A Palavra*, quer a imprensa de sensibilidade regeneradora, quer a afecta às posições progressistas, reagiram em unísono aos acontecimentos brasileiros, considerando a revolução uma «calamidade» com a qual teríamos de condescender, pois «seria loucura procurar contraria-la, ou tentar manter um regime que só se [conservava] em atenção ao prestígio e consideração do imperador»⁶.

São, todavia, os meios republicanos a aproveitarem-se mais intensamente da mudança de regime no Brasil. Com efeito, acentuando a urdidura de fortes ataques ao Governo monárquico e à sua política, apontam o carácter «incrúente e patriótico» da revolução, cuja influência é visível na imprensa republicana e evidenciada em escritos de figuras expressivas do republicanismo português como Basílio Teles, para quem «o movimento político brasileiro [constituiu] um acontecimento singular» e um importante estímulo para a tentativa republicana do Porto, em 31 de Janeiro de 1891⁷.

2. Servido pela agência noticiosa Havas, o jornal *A Palavra* refere pela primeira vez a revolução brasileira na sua secção telegráfica, de 17 de Novembro de 1889, com a divulgação de vários telegramas vindos do Rio de Janeiro⁸. Noticiando com grande reserva a implantação do regime republicano no outro lado do Atlântico, o Órgão dos católicos constitucionais do Porto considera os acontecimentos brasileiros uma «tolice»⁹, sentimento plasmando nas suas páginas a propósito da questão do regime e do anticlericalismo republicano sentido no Brasil, isto numa asserção indirecta à realidade portuguesa. Por conseguinte, a par da constante publicação de pequenas notícias e telegramas sobre o evoluir dos acontecimentos brasileiros, *A Palavra* desenvolve em artigos de fundo uma série de grandes

⁵ *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 21: 350 (20 Dez. 1889) 2. A este propósito, veja-se: GONÇALVES – *Ressonâncias em Portugal*, p. 53-54.

⁶ *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 21: 350 (20 Dez. 1889) 2.

⁷ TELLES, Bazílio – *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*. Porto: Chardron de Lello & Irmão Editores, 1905, p. 108.

⁸ *A Palavra*. Porto. 28: 132 (17 Nov. 1889) 3.

⁹ [Não assinado] – *Correio de Lisboa*. *A Palavra*. Porto. 8: 133 (19 Nov. 1889) 3.

debates suscitados pela revolução. Dos temários mais versados nas páginas do título católico portuense sobressai, em face da circunstância, o que é dedicado à república, cujo teor genérico considera esta forma de governo não indutora de «vantagens positivas, novas liberdades [e] garantias mais sólidas»¹⁰ para o Brasil. Numa leitura avisada e premonitória dos acontecimentos, *A Palavra* tem na destruição do império e subsequente proclamação da República Federal o «princípio da desmembração que se não fará sem crises fúnebres e sangrentas guerras civis», acrescentando: «Ao apreciar a revolução do Brasil, aplauda-a quem quiser; nós não, porque aplaudir a proclamação ociosa de uma forma de governo indiferente em si, e nefasta actualmente para o próprio Brasil, aplaudiríamos a iminência de graves perigos para esta nossa terra que adoramos»¹¹.

Neste seguimento, é de largo alcance a extensa e esclarecedora reflexão do líder do grupo de *A Palavra*, conde de Samodães, para quem o império brasileiro simplesmente se «esboroou»¹². Ao contrário do que tinha acontecido dois anos antes no México, o Brasil império não apresentou resistência face à revolução, nem militar nem popular, surpreendendo «pela ocasião e pela rapidez», embora «há muito era sabido que o Brasil não teria outro soberano, e que o império era apenas a transição da colónia para a república», sublinha ainda Samodães. Demais, a influência da maçonaria naquele país sul americano durante o império apresenta-se um tema recorrente na análise de Samodães, agremiação que considera ter caldeado nos contextos da época uma influencia negativa para o império, marcado pela «desmoralização», pelo acrescido «relaxamento de todos os seus laços sociais, [por um] exército sem organização nem disciplina, [por uma] justiça venal e um governo sem força nem prestígio». A esta problemática *A Palavra* associa, amiúde, a «questão religiosa» no Brasil, utilizando tal exemplo para defender que qualquer sistema político que tiver a maçonaria «por auxiliar e talvez como directora, não pode merecer, nem ter o apoio e adesão de todo e qualquer católico»¹³.

¹⁰ [Não assinado] – Correio de Lisboa. *A Palavra*. Porto. 8: 133 (19 Nov. 1889) 3.

¹¹ [Não assinado] – A República no Brasil. *A Palavra*. Porto. 18: 134 (20 Nov. 1889) 1.

¹² SAMODÃES, Conde de – Esboroamento de um império. *A Palavra*. Porto. 18: 136 (22 Nov. 1889) 1.

¹³ [Não assinado] – A revolução e a maçonaria. *A Palavra*. Porto. 18: 140 (27 Nov. 1889) 1; ANTÓNIO, Bispo do Pará – A republica brasileira e o episcopado catholico. *A Palavra*. Porto. 19: 253 (16 Abr. 1890) 1; [Não assinado] – A situação da republica no Brazil. *A Palavra*. Porto. 19: 242 (1 Abr. 1890) 1; [Não assinado] – Pastoral Collectiva: o

Ainda para Samodães, é na queda da monarquia que radica uma «questão muito grave» e não tanto na forma republicana que a revolução adoptou, forma que se lhe afigura «secundária»¹⁴. Tal, considera ainda, porque os interesses religiosos eram já pouco respeitados no império, isto tendo em conta o pouco zelo posto pelo imperador na religião, visível nas prisões dos bispos de Olinda e do Pará pouco antes da revolução. Porém, aproveitando para firmar o exercício por parte da Igreja de direitos consignados à sociedade civil, a república poderia somar «a declaração da liberdade dos cultos» à liberdade de associação, expressão e de informação sob o signo de uma interpretação cristã das «liberdades modernas»¹⁵.

3. Note-se que o quadro de aceitação de todas as formas de governo vinha de há muito a ser debatido pelo jornal *A Palavra*, sobressaindo a defesa do constitucionalismo, mesmo quando isso obrigava a rebater todos aqueles que, argumentando com o *Syllabus*, rejeitavam liminarmente o regime representativo para, logo a seguir, irem exaltar os valores do Antigo Regime. Exemplo desta situação perpassa pela acesa polémica dirimida entre o padre João Vieira Neves Castro da Cruz e o conde de Samodães¹⁶, sobre a qual o jornal, pela pena de Roberto Woodhause esclarece: «[o] liberalismo católico condenado pelo chefe da Igreja não é nenhuma constituição política de um país mas sim a transigência entre o erro e a verdade, a combinação de elementos opostos e heterogêneos»¹⁷.

episcopado brasileiro ao clero e aos fieis da Igreja no Brasil. *A Palavra*. Porto. 19: 276 (13 Maio 1890) 1; [Não assinado] – A propriedade religiosa no Brasil. *A Palavra*. Porto. 20: 130 (12 Nov. 1891) 1; A este propósito, veja-se: VIEIRA, David Gueiros – *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980, p. 40-47; KLOPPENBURG, Boaventura – *A maçonaria no Brasil. Orientação para católicos*. 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1961.

¹⁴ SAMODÃES, Conde de – Esboroamento de um império. *A Palavra*. Porto. 18: 136 (22 Nov. 1889) 1.

¹⁵ [Não assinado] – A república brasileira. *A Palavra*. Porto. 19: 149 (5 Dez. 1890) 1; [Não assinado] – O catholicismo no Brasil. *A Palavra*. Porto. 19: 102 (10 Out. 1890) 1.

¹⁶ A polémica suscitada pelo padre Castro da Cruz, tendo como único objectivo atingir o conde de Samodães, eclodiu quando aquele publicou um artigo apologético de monsenhor Ségur, onde se tenta exprobrar o liberalismo católico como «sistema político», artigo que mereceu a pronta retaliação do conde. CRUZ, Padre João Vieira Neves Castro da – Um bom livro de Ségur. *A Palavra*. Porto. 3: 722 (28 Dez. 1874) 1; SAMODÃES, Conde de – A propósito do artigo «Um bom livro de Ségur». *A Palavra*. Porto. 3: 731 (9 Jan. 1875) 1.

¹⁷ W. [Roberto Woodhause] – A religião e a política – I. *A Palavra*. Porto. 3: 860 (17 Jun. 1875) 1.

Sublinhada a sua neutralidade política no domínio dos princípios, o jornal teria que o ser também com a república. A coexistência com todos os sistemas políticos deveria estar, porém, condicionada ao respeito pelos «fundamentos essenciais» da Igreja, nomeadamente os «da Moral e da Religião»¹⁸. Com efeito, *A Palavra* aceita em «tese» a república como forma de governo¹⁹, embora no caso de «uma república ateia», como a brasileira, aliada que estava da maçonaria, minada pela «impiedade» e pela «desordem», se visse constrangida «operacionalmente» a repudiá-la vivamente²⁰.

Ainda para o líder do grupo de *A Palavra*, reflectir a forma de governo republicano não significa tratar de «política aplicada» mas tão-só de «política teórica», cujos limites se confinam ao debate da «política catholica e portugueza», acentuando assim um segmento simultaneamente romano e nacionalista. A este propósito, acrescenta: «Não vá sem protesto qualquer facto, ou doutrina, que procure apagar da nação portugueza a fé catholica e a sua robusta nacionalidade»²¹.

Este ajuste político com a república é bem diverso da postura assumida com o legitimismo, pois agora há lugar ao ataque frontal á república, ou seja, ataque a uma forma determinada de governo, pese embora a propalada aceitação em «tese» dos seus princípios. Tal deve-se, essencialmente, às características apresentadas pela solução republicana, lá como cá. Longe de ser considerada uma «panaceia para curar um país enfermo pela corrupção, proveniente da descrença religiosa e da falta de temor de Deus», tal o caso do Brasil, a forma republicana, como o considera Plácido de Vasconcellos Maia, «não é em absoluto mais defeituosa do que a forma monarchica. [...] Não podem ser as instituições monarchicas as responsáveis pelos erros e desvaios dos seus servidores, pois que ellas não tolhem a acção da virtude e do bem»²², conclui aquele colaborador de *A Palavra*. Esta rejeição da forma com que se revestiu a república no Brasil era extensível ao caso português, facto aparentemente contrário ao

¹⁸ POLICARPO – *O pensamento social*, p. 361.

¹⁹ [Não assinado] – Acerca dos «Ralliés». *A Palavra*. Porto. 25: 172 (6 Jan. 1897) 1.

²⁰ «Ora se a maçonaria é inimiga satânica da Egreja, segue-se que todo o systema politico que a tiver por auxiliar e talvez directora, não pode merecer, nem ter o apoio e adhesão de todo e qualquer catholico [...]». [Não assinado] – A maçonaria e a republica. *A Palavra*. Porto. 19: 126 (8 Nov. 1890) 1.

²¹ S. [Conde de Samodães] – Republica – I. *A Palavra*. Porto. 1:177 (1 Março 1873) 1.

²² MAIA, Plácido Vasconcellos – Não é a republica remédio para levantar uma monarchia decaída. *A Palavra*. Porto. 24: 68 (31 Agosto) 1.

ralliement leonino ²³, embora tal posicionamento deverá ser tido como uma real adesão ao regime constitucional ²⁴.

Por outro lado, aquela adesão não significava que *A Palavra* não fosse profundamente crítica à desordem latente no «jogo» político e à progressiva falência do sistema rotativo português ²⁵, o que acaba até por abrir espaço ao nacionalismo católico. De resto, acentuando críticas genéricas às monarquias constitucionais, Vasco de Macedo alude o exemplo do império brasileiro para considerá-las «verdadeiras republicas disfarçadas em que o rei é o primeiro magistrado da nação e a nobreza fundada na propriedade foi substituída pela alta finança e pela burguesia [...]» ²⁶.

Pese embora a denúncia do mal-estar geral da sociedade portuguesa, o jornal não encara o advento da república como solução para as mazelas existentes, propondo tão-só a reforma entre nós do «figurino político em vigor» ²⁷.

4. Em suma, ao contrariar abertamente a forma republicana implantada no Brasil, *A Palavra* acentua um claro «engajamento» político, bem mais do que o fez com a argumentação usada face ao legitimismo, onde a tônica é posta na «idoneidade moral e religiosa» do constitucionalismo, salvaguardando simultaneamente a «respeitabilidade» do adversário. Por sua vez, o ataque frontal à nova república sul americana radica nas suas características vincadamente jacobinas e positivistas, bem diversas de outras repúblicas com as quais *A Palavra* até contemporiza, nomeadamente o caso da formação de raiz de novas nações onde ainda não estavam

²³ GONÇALVES – *Católicos e política*, p. 248-258.

²⁴ MAIA, Plácido Vasconcellos – Os catholicos potuguezes e o ideal republicano. *A Palavra*. Porto. 25:34 (25 Julh. 1896) 1; MAIA, P. V. – A nossa missão. *A Palavra*. Porto. 25: 52 (15 Agosto 1896) 1; MAIA, P. V. – A monarchia e os republicanos. *A Palavra*. Porto. 25: 182 (19 Jan. 1897) 1; MAIA, P. V. – Monarchia e republica. *A Palavra*. Porto. 25: 202 (12 fev. 1897) 1; ELIAS, Silva – Diário livre: Anarchia e Republica. *A palavra*. Porto. 37: 87 (20 Set 1908) 1. Ver ainda: GONÇALVES, Eduardo C. C. – O conde de Samodães e o discurso conciliador entre catolicismo e liberalismo político. *Lusitana Sacra*. Lisboa. 16 (2004) 87-109.

²⁵ [Não assinado] – O que queremos. *A Palavra*. Porto. 31: 297 (27 Maio 1903) 1; SILVA, Abúndio da – Propaganda nacionalista. *A Palavra*. Porto. 36: 236 (22 Março 1908) 1; SILVA, A. da – Partidos e ministérios. *A Palavra*. Porto. 36: 300 (6 Junho 1908) 1.

²⁶ MACEDO, Vasco de – A Republica Brasileira. *A Palavra*. Porto. 18: 135 (21 Nov. 1889) 1. A este propósito, ver ainda: MAIA, P. V. – Não é a republica remédio para levantar uma monarchia decaída. *A Palavra*. Porto. 24: 68 (31 Agosto 1893) 1.

²⁷ POLICARPO – *O pensamento social*, p. 366.

arreigadas «tradições, hábitos e costumes que determinem a forma de governo, que devam adoptar [...]. [Nesta circunstância] o mais natural é aceitar a forma republicana»²⁸. Em tal perfil são enquadrados os casos do Chile e da Bolívia, além da Venezuela e do Equador que «surgiram à voz poderosa de um creoulo, Bolívar, que antes de libertar um grande povo fora a Roma orar sobre a confissão de S. Pedro para dar à sua pátria a liberdade fundada na religião»²⁹. Esta análise vem, pois, reforçar o repúdio à forma republicana que se revelasse «inadequada» quer pela matriz anticlerical e persecutória da religião, quer pelas características «antinacionais».

²⁸ S. [Conde de Samodães] – Republica – III. *A Palavra*. Porto. 1: 179 (4 Março 1873) 1.

²⁹ S. [Conde de Samodães] – Republica – III. *A Palavra*. Porto. 1: 179 (4 Março 1873) 1. Ver ainda: S. [Conde de Samodães] – Republica – IV. *A Palavra*. Porto. 1: 182 (7 Março 1873) 1; S. [Conde de Samodães] – Republica – V. *A Palavra*. Porto. 1: 184 (10 Março 1873) 1; S. [Conde de Samodães] – Republica – VI. *A Palavra*. Porto. 1: 197 (26 Março 1873) 1; S. [Conde de Samodães] – Republica – VII. *A Palavra*. Porto. 1: 199 (28 Março 1873) 1; S. [Conde de Samodães] – Republica – VIII. *A Palavra*. Porto. 1: 203 (2 Abril 1873) 1.